



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

## AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90078/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº VR-12.064-00002810/2026**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**NÚMERO DA UASG DO MUNICÍPIO – 450068**

OBJETO	
Aquisição de Ventiladores Para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino	
Endereço Eletrônico:	<a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>
Valor Estimado:	R\$ 414.579,60
Tipo:	Menor Preço Por Item
Itens com Cota Exclusiva MEI/ME/EPP (LC n 123/06):	Sim
Vistoria Prévia:	Não
Amostra:	Não
Data da Publicação:	16/06/2026
Data da Abertura:	01/07/2026
Hora da Abertura:	09 h



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90078/2026

**ITENS COM COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**

## 1 INTRODUÇÃO

**1.1** Torna-se público que o MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA, ente federado, pessoa jurídica de direito público, com personalidade jurídica, com sede à Praça Sávio Gama, nº 53, Aterrado, Volta Redonda/RJ, por meio da Central-Geral de Compras, com suas atribuições definidas pelo Decreto Municipal nº 15.854 de 2019 responsável por todas as aquisições realizadas pela Administração direta, indiretas e fundacional do município, **por meio do Fundo Municipal de Educação** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 18.254/2024 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1.2** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), no dia e hora indicados neste Edital e conduzida pelo pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

**1.3** As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4** O edital se encontra disponível no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), podendo, alternativamente, ser impresso no site <https://www.portalcr2.com.br/licitacoes/licitacoes-volta-redonda>, dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (24) 3511-3333.

**1.5** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos ou formular impugnações acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail [cgc.pmvr@gmail.com](mailto:cgc.pmvr@gmail.com), **mediante comprovante da confirmação de recebimento do e-mail por funcionário lotado na CGC/GEGOV**, contendo as seguintes informações: Razão Social da Empresa, nome completo da Pessoa Física no corpo do email, CNPJ/CPF, Telefone para Contato, Nome do Responsável pela empresa ou de quem solicitar a informação.

**1.5.1** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e, quando necessário pela equipe técnica, podendo ainda requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e anexos quando necessário, responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

**1.6** Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no sítio do município <https://www.portalcr2.com.br/licitacoes/licitacoes-volta-redonda>, e vincularão os participantes e a administração, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

**1.7** Havendo divergência entre o código CATSER/CATMAT e/ou a descrição do material do sistema Compras Governamentais, com o apresentado no Termo de Referência anexo I deste edital, prevalecerá o último.

## **2 DO OBJETO**

**2.1** O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Ventiladores Para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.2** Condições de entrega: A entrega dos mediante nota de empenho, no prazo presente no Termo de Referência, Anexo I deste edital após solicitação da requisitante.

**2.3** Os objetos serão entregues no endereço indicado pela secretaria solicitante.

**2.4** As entregas serão realizadas de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados do Município de Volta Redonda, do Estado do Rio de Janeiro e Nacional,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

obedecendo rigorosamente às quantidades constantes da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

**2.5** O CONTRATO terá o prazo estimado de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura pelas partes.

**2.6** O valor estimado para esta aquisição é de R\$ 414.579,60 (quatrocentos e catorze mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta centavos), conforme valores do item 1.2 do Termo de Referência, anexo I deste edital. Não podendo ser aceito em hipótese alguma valores acima do estimado neste edital.

### **3 DA ABERTURA**

**3.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, **por meio do portal COMPRASGOV**, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Processo Administrativo nº VR-12.064-00002810/2026				
Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Data da publicação	16	06	2026	-
Início acolhimento das propostas	16	06	2026	8h
Data da realização do Pregão	01	07	2026	9h
Prazo para impugnação	até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura.			
Tipo	MENOR PREÇO POR ITEM			
Objeto	Aquisição de Ventiladores Para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino			
Endereço Eletrônico	www.comprasgovernamentais.gov.br			
Número da licitação no portal	90078/2026			
Número UASG do Município	450068			

**3.2** Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

## **4 DA PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.2** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.3** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.4** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6** Não poderão disputar esta licitação:

**4.6.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.6.2** autor do anteprojeto, do termo de referência/projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.6.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.6.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.6.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.6.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**4.6.7** pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.6.8** agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.6.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.6.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

**4.7** O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**4.8** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**4.9** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.10** O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.12** A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

**4.13** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital.

## **5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**5.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.3.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.3.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da CRFB;

**5.3.3** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CRFB;

**5.3.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.4** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**5.5** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

**5.5.1** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**5.5.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.6** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, legislação municipal pertinente e neste Edital.

**5.7** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.8** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.9** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.10** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.10.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.10.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**5.11.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.11.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.13** **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

**5.14** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5.15** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível. Só serão aceitas propostas ofertadas com duas casas decimais após a vírgula, de acordo com o nosso sistema financeiro vigente, as demais serão desconsideradas.

**5.15.1** Para efeito de definição, considerar-se-á excessivo, o valor superior ao registrado na tabela constante na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários presentes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**5.16** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

**5.17** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**5.18** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**5.19** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes.

**5.20** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

**5.21** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico denominado CHAT.

## **6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1** Valor ou desconto..... (mensal, unitário, etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;

**6.1.2** Marca;

**6.1.3** Fabricante;

**6.1.4** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**6.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

**6.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.7** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.8** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.9** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.10** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**6.11** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.10.

**6.12** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da CRFB; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**6.12.1** A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**6.13** O MEI/ME/EPP deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo 5 do Edital. Na hipótese de não atendimento a este item, não será concedido ao licitante MEI/ME/EPP o tratamento diferenciado (LC 123/06).

**6.14** A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**6.15** Com base na Legislação vigente, em especial a Lei Complementar de nº 123/06 e 147/2014, a licitação será realizada de acordo com os seguintes critérios:

**6.15.1** Para os itens cujo valor total não ultrapassem a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a sua integralidade será destinada para MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

**6.15.2** Para o certame cujo valor total do objeto ultrapasse a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e cuja natureza seja divisível, será destinada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

**6.15.3** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**6.15.4** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**6.15.5** A Administração Pública adotará o critério de proporcionalidade quando da aquisição dos produtos reservados às cotas, sendo que no universo da demanda a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

ser contratada, 75% deverá ser contratada da empresa vencedora da ampla concorrência e, concomitantemente, 25% da vencedora da cota para ME/EPP/MEI.

## **7 DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, DO ENVIO DE LANCES E MODO DE DISPUTA**

**7.1** A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do COMPRASGOV, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

**7.3** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**7.4** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro

**7.5** Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

**7.6** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.7** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**7.8** O Modo de disputa utilizado será o aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

**7.8.1** Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

**7.8.2** Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 6.10.

**7.8.3** Encerrado o prazo previsto no item 7.8, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**7.8.4** Encerrado o prazo que trata o item 7.8.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.8.5** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.8.4, os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**7.8.6** Encerrado os prazos estabelecidos nos itens 7.8.4 e 7.8.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**7.8.7** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.8.4 e 7.8.5, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.8.6.

**7.8.8** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda as exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.8.7

**7.9** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 40, V do Decreto Municipal nº 18.254/2024, nesta ordem:

**7.9.1 disputa final**, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.9.1.1 Permanecendo o empate**, o sistema COMPRASGOV realizará o sorteio entre as propostas empatadas em **ato público**, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro procedimento, conforme **IN SEGES/MGI Nº 79, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024**.

## **8 FASE DE JULGAMENTO**

**8.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1** SICAF;

**8.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**8.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**8.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

**8.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**8.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**8.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.7 e 5.6 deste edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.7.1** contiver vícios insanáveis;

**8.7.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.7.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.7.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**8.7.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.8.1** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 32 da IN 73/2022).

**8.8.2** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o 8.8.1, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.8.2.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.8.2.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.9** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.9.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.9.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.10** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.11** Encerrada a fase de lances, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**8.11.1 O pregoeiro poderá solicitar do proponente classificado em primeiro lugar, sem ônus para o Município, apresentação de catálogo ou folder contendo todas especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência, em conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência, anexo I deste edital, por meio do sistema *comprasgov* ou do e-mail [cgc.pmvr@gmail.com](mailto:cgc.pmvr@gmail.com), no prazo estabelecido no item 8.10 sob pena de não aceitação da proposta.**

**8.11.2 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item 8.11 a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**

**8.11.3 Se aceita ou não a Proposta readequada pelo Pregoeiro, será aberto prazo de, no mínimo, 10min e, no máximo, 30min para manifestação da intenção de Recurso quanto ao envio da proposta.**

## **9 FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas

**9.3** Do consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.3.1** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**9.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

**9.5** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**9.6** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.7** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.8** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**9.8.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**9.9** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**9.9.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**9.10** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.10.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas.

**9.10.1.1** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.11** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.11.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.12** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**9.12.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.12.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado **após a data de recebimento das propostas**.

**9.13** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.14** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

## **10 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

**10.1.1** Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

**10.1.2** Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;

**10.1.3** em se tratando de sociedades empresárias, o Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, o Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**10.1.4** no caso de sociedades simples, apresentar a inscrição do ato constitutivo, , acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**10.1.4.1** A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração, Lei Federal nº 10.406/2002;

**10.1.5** No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

**10.1.6** em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, apresentar o Decreto de autorização, e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **10.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**10.2.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**10.2.1.1** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) acompanhado do Quadro de Sócios e Administradores;

**10.2.1.2** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**10.2.1.3** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

**10.2.1.3.1** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” à “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991;

**10.2.1.3.2** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e da Procuradoria-Geral do Estado com relação a débitos inscritos em Dívida Ativa, quando for o caso.

**10.2.1.3.3** Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, apresentação da Certidão Negativa de Débitos da Procuradoria-Geral do Município com relação a débitos inscritos em Dívida Ativa, quando for o caso.

**10.2.2 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;**

**10.2.2.1** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**10.2.2.2** O MEI/ME/EPP deverão apresentar os documentos elencados na Regularidade Fiscal e Trabalhista deste Pregão Eletrônico, mesmo que apresentem alguma restrição;

**10.2.2.3** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigidas neste Edital, será (ão) assegurado(s) ao (s) microempreendedores individuais, à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**10.2.2.4** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.2.2.3, implicará decadência do direito à(s) contratação (ões), sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar (em) a(s) contratação (ões), ou revogar a licitação.

### **10.3 Qualificação Econômico-financeira**

**10.3.1** Todos os licitantes deverão apresentar Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**10.3.2** Para a licitante sediada na Cidade do Rio de Janeiro, esta prova será feita mediante apresentação da Certidão expedida pelo 2º Ofício de Registro de Distribuição da Comarca da Capital, na forma do Provimento CGJ nº 55/2023.

**10.3.3** A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderá apresentar, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

**10.3.4** No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

**10.3.5** As empresas que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente homologado pelo juízo competente.

**10.3.6 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante, devidamente registrado na Junta Comercial contendo o termo de abertura e encerramento;

**10.3.6.1** O MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial.

**10.3.6.2** A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, **acompanhado do termo de autenticação eletrônica, constando o recibo de entrega e os termos de abertura e de encerramento.**

**10.3.7 Serão considerados e aceitos como na forma da lei** os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

**10.3.7.1 Quando se tratar de sociedades anônimas**, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

**10.3.7.2 Quando se tratar de outro tipo societário**, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

**10.3.8 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de 02 (dois) anos**, os documentos no item 10.3.6 limitar-se-ão ao último exercício;

**10.3.9 Quando se tratar de sociedade constituída no exercício financeiro da licitação**, essa poderá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

#### **10.4 Qualificação Técnica**

**10.4.1** Comprovação de aptidão por meio de atestado de capacidade técnica, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido objeto compatível com o licitado, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

#### **10.5 Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da CRFB.**

**10.5.1** Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do **Anexo 3**, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da CRFB.

#### **10.6 Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo 6.**

**10.7** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo pregoeiro.

**10.8** Não serão aceitos “protocolos de requerimentos”, certidões ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**10.9** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

#### **10.10 Do Prazo de Validade das Certidões**

**10.10.1** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

## **11 DAS AMOSTRAS**

**11.1** Não será necessária amostra para esta aquisição.

## **12 DOS RECURSOS**

**12.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.3.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.3.2** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**12.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

**12.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.7** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**12.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final.

**12.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.10** O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do COMPRASGOV, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro. Sendo **concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões recursais**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

### **13 DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

**13.1** Não sendo interposto recurso, o Ordenador adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado.

**13.1.1** Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o ORDENADOR DE DESPESAS, adjudicará e homologará o procedimento.

**13.2** Uma vez homologado o resultado da licitação pelo ORDENADOR DE DESPESAS, o licitante vencedor será notificado, por escrito, para assinatura da Ata, após notificado, terá um prazo de 05 (cinco) dias para devolução dessa.

**13.3** Deixando o adjudicatário de assinar/devolver o contrato / Ata no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pelo ORDENADOR DE DESPESAS, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, desde faça o valor do arrematante.

**13.4** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata / contrato, aceitar ou retirar/devolver o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**13.5** O vencedor deverá informar os dados bancários, número da conta e agência e manter todos os requisitos de habilitação em sua validade;

**13.6** O licitante vencedor deverá apresentar ainda, Declaração (anexo 4) de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

**13.6.1** de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);

**13.6.2** de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);

**13.6.3** de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento); e

**13.6.4** mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

**13.6.5** A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

**13.7** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas hipóteses de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem em obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independente do seu valor, hipótese em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil como carta-contrato, nota de empenho de despesas, autorização de compra ou execução de ordem de serviços. (Art. 95 § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021).

**13.8** Considerando o artigo 123 da Lei Municipal n.º 1.896/84 (Código Tributário Municipal) – tabela XI – item 11.11: é determinado ao contratado, após homologação, o pagamento da taxa de expediente para Contratos com o Município. Havendo necessidade de prorrogações, a referida taxa será cobrada para todas as prorrogações.

**13.8.1** O referido Documento de Arrecadação - DAR para Contrato citada acima, será entregue ao contratado para pagamento, cujo comprovante deverá ser apresentado para assinatura do contrato.

**13.8.2** O documento referido no item 13.8 está sujeito a reajustes, conforme legislação tributária municipal.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**13.9** É facultado ao contratado a assinatura digital em todas as folhas do contrato/ata de registro de preços), se for o caso; (Lei 14.063/2020), por meio de certificador digital, desde que esteja disponibilizada a sua consulta e autenticidade no site do respectivo assinador digital.

## **14 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**14.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**14.2** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da entrega.

**14.2.1** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**14.3** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**14.4** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA *pro rata die* entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

**14.5** Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada poderá conceder à Contratante um desconto, a título de antecipação financeira, calculado de acordo com o IPCA *pro rata die*.

**14.6** Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido. (Art. 145, § 3, Lei Federal nº 14.133/2021).

## **15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**15.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**15.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**15.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**15.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**15.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**15.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**15.1.2.4** deixar de apresentar amostra;

**15.1.2.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**15.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**15.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**15.1.5** fraudar a licitação;

**15.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**15.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**15.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**15.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**15.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**15.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

**15.2** Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**15.2.1** Advertência;

**15.2.2** Multa;

**15.2.3** Impedimento de contratar e licitar; e

**15.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**15.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**15.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**15.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**15.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**15.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**15.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**15.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

**15.4.1** Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**15.4.2** Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**15.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**15.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

**15.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**15.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**15.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**15.10** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.11** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

(quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**15.12** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**15.13** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**15.14** No que couber, aplica-se o disposto no art. 69 do Decreto Municipal nº 18.254/2024.

## **16 DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA GESTÃO CONTRATUAL**

**16.1** O objeto da contratação deverá ser executado fielmente, de acordo com este instrumento convocatório e com o Termo de Referência, assim como a legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**16.2** A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por representante (s) do CONTRATANTE especialmente designado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, podendo ser substituído (s), em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado na mesma Secretaria ou equivalente;

**16.3** O objeto da contratação será recebido na seguinte forma:

**16.3.1** provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

**16.3.2** definitivamente, após a verificação da qualidade e da quantidade do material, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.

**16.4** O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**16.5** O servidor a que se refere o item 16.3, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à entrega do



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**16.6** Salvo se houver exigência a ser cumprida, o processamento da aceitação provisória e/ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 15 (quinze) dias, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do ÓRGÃO LICITANTE.

**16.7** Em caso de eventual inexecução total ou parcial do objeto, a Comissão não efetuará o recebimento do objeto e fará constar do parecer circunstanciado as pendências verificadas, assinalando prazo para a futura contratada cumprir integralmente o objeto, o que, desde logo, caracteriza mora da prestação.

**16.8** O prazo para a execução do objeto será de acordo com o estipulado no item 2 deste instrumento convocatório.

**16.9** A futura contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

**16.10** Caso, eventualmente, seja necessária a prorrogação do prazo de entrega do material, o respectivo requerimento só será apreciado caso esteja devidamente fundamentado e tenha sido protocolado antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

**16.11** O licitante vencedor, ao participar da licitação, anui com todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**16.12** A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do futuro contratado, nem o exime de manter fiscalização própria.

**16.13** Fica obrigada a contratada manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

## **17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**17.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**17.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**17.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do email: [cgc.pmvr@gmail.com](mailto:cgc.pmvr@gmail.com) ou presencialmente à Praça Sávio Gama, nº 63, 3º andar, nesta CGC.

**17.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**17.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação

**17.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **18 DO REAJUSTE**

**18.1** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta da contratada na licitação.

**18.1.1** Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**18.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**18.3** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**18.4** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**18.5** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**18.6** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**18.7** O reajuste será realizado por termo aditivo.

## **19 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1** É facultada ao Pregoeiro ou Ordenador de Despesas, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**19.2** A presente licitação poderá ser revogada quando estiver de acordo com o art. 71, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

**19.4** A Administração opta pela não adoção do Orçamento Sigiloso, cujo efeito positivo seria nulo em caso de adoção, ou poderia até mesmo restringir a competição.

**19.5** Qualquer divergência entre o edital e o sistema, prevalecerá o Edital;

**19.6** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**19.7** Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I	<b>Termo de Referência</b>
Anexo II	<b>Proposta Detalhe</b>
Anexo III	<b>Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal</b>
Anexo IV	<b>Declaração de que dispõe em seus quadros funcionais do percentual mínimo de beneficiários da Previdência Social (Decreto 8.213/91)</b>
Anexo V	<b>Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</b>
Anexo VI	<b>Declaração de Elaboração Independente de Proposta</b>
Anexo VII	<b>Minuta do Contrato</b>
Anexo VIII	<b>Estudo Técnico Preliminar</b>

**19.8** A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

**19.9** Os casos omissos serão resolvidos pelo Ordenador de Despesas, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

Volta Redonda, 12 de junho de 2026.

Autorizado por:

---

**Osvaldir Geraldo Denadai**  
**Secretário Municipal de Educação**  
**Ordenador de Despesas**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO I AO EDITAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**INTRODUÇÃO**

-	<b><i>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO <u>NÃO</u> CONTINUADO</i></b>
-	<b><i>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO</i></b>
<b><i>x</i></b>	<b><i>COMPRAS (AQUISIÇÃO)</i></b>

Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para **aquisição de ventiladores para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino**, com vistas a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Caso, este Termo de Referência; Gere Edital de Licitação, todas as informações aqui contidas estarão vinculadas ao mesmo.

**FUNDAMENTAÇÃO:**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de proporcionar melhores condições de conforto térmico e qualidade ambiental nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, bem como nos setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação. Nos últimos anos, têm sido registradas intensas ondas de calor durante os períodos de primavera e verão no município, elevando significativamente as temperaturas no interior das salas de aula e demais ambientes escolares, o que impacta diretamente no bem-estar de alunos, professores e demais profissionais da educação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

## Fundamentação Técnica – Elevação das Temperaturas Globais

O aumento das temperaturas globais tem sido amplamente documentado por organismos internacionais e nacionais, com impactos diretos na saúde e no bem-estar da população. Em 2024, a média mundial ultrapassou pela primeira vez 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, chegando a 1,6 °C, conforme o Serviço Copernicus para as Alterações Climáticas (C3S). Esse cenário intensifica ondas de calor, seca e estresse térmico, afetando diretamente ambientes escolares. Matérias recentes reforçam essa tendência:

- **Jornal da USP:** Temperatura global aumenta 1,6°C e segue subindo (<https://jornal.usp.br/ciencias/temperatura-global-aumenta-16c-e-segue-subindo-e-como-tentar-parar-um-caminhao-em-alta-velocidade/>)

- **G1:** Mundo caminha para até 2,5°C de aquecimento até o fim do século (<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-30/noticia/2025/11/04/mundo-caminha-para-ate-25c-de-aquecimento-ate-o-fim-do-seculo-alerta-onu-entenda.ghtml>)

- **Cemaden/MCTI:** Relatório anual aponta 2025 com recordes de calor e seca prolongada (<https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias-cemaden/relatorio-anual-do-cemaden-aponta-2025-com-recordes-de-calor-e-seca-prolongada>)

Esses dados evidenciam que o Brasil já enfrenta ondas de calor mais frequentes e intensas, com impactos severos sobre a saúde de crianças e adolescentes em idade escolar. A aquisição de ventiladores para as unidades escolares é, portanto, uma medida necessária para garantir condições adequadas de conforto térmico, segurança e qualidade do ambiente educacional.

Ambientes excessivamente quentes e com baixa circulação de ar podem prejudicar a concentração, o rendimento pedagógico e as condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educacionais. Dessa forma, a





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

disponibilização de ventiladores de parede constitui medida essencial para promover maior circulação de ar nos espaços utilizados para ensino e atividades administrativas, contribuindo para a melhoria das condições de permanência e trabalho nas unidades escolares.

Ressalta-se que grande parte das escolas da rede municipal possui elevada demanda por equipamentos de ventilação, seja para substituição de equipamentos antigos ou danificados, seja para ampliação da quantidade existente em salas de aula, corredores, refeitórios, salas administrativas e demais dependências. Assim, a aquisição dos ventiladores visa suprir essas necessidades, garantindo maior eficiência na ventilação dos ambientes e assegurando melhores condições de conforto térmico.

Conforme demonstrado no tópico 4 deste ETP, as quantidades estimadas foram definidas com base em informações das unidades escolares da rede municipal de ensino, são elas, as quantidades atuais e necessárias de ventiladores, de salas de aula e demais ambientes, e considerou-se também uma margem de reserva para atendimento de novas demandas que possam surgir até a conclusão do processo licitatório e efetiva entrega dos equipamentos. Tal planejamento busca assegurar maior eficiência administrativa, evitando aquisições emergenciais e garantindo o atendimento adequado das necessidades das unidades escolares ao longo do período de vigência da contratação.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e adequada para atender às demandas da rede municipal de ensino, contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, bem como para o adequado funcionamento das atividades escolares e administrativas.

Visando a uma gestão eficiente dos recursos públicos e em conformidade com a Lei nº 14.133/21, será realizado processo licitatório, com prazo contratual de 12 (doze) meses, de forma a atender às necessidades das unidades escolares envolvidas com segurança, durabilidade e economicidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Por fim, destaca-se que a contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e economicidade, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por item**, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Utilizando-se do memorial de cálculo presente no Estudo Técnico Preliminar que precede este Termo de referência chegamos ao quantitativo que será suficiente para suprir a demanda das unidades administrativas e escolares da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Volta Redonda por um período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações abaixo.

Sendo assim conforme apontando no Estudo Técnico que precede este Termo de Referência apoiado ao Plano de Contratação anual, a pesquisa de preços com levantamento de mercado e das plataformas governamentais, após minuciosa verificação de quantitativos, não havendo contratações relatadas dá-se o prosseguimento deste documento devidamente fundamentado.



A quantidade estipulada refere-se ao levantamento de todo conteúdo pertencente à Secretaria Municipal de Educação, realizado através do Estudo Técnico Preliminar.

## **1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR DA AQUISIÇÃO:**

1.1 O objeto do presente procedimento administrativo é a aquisição de ventiladores de parede para as unidades escolares em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações abaixo e, no quantitativo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

indicado no ETP e registrado na Planilha deste Termo de Referência (sub-item 1.2, abaixo):

1.2 Planilha estimativa de quantitativo; preços unitários e valores máximos admitidos pelo município:

<i>Item</i>	<i>Material</i>	<i>Qtde</i>	<i>Und</i>	<i>Unitário</i>	<i>Total</i>
<b>LEI 123/2006 - COTA ATÉ 25% MEI/ME/EPP</b>					
<i>1</i>	<i>Ventilador de Parede Especificações Aproximadas: Hélice de 50 cm com 03 pás em plástico natural virgem, grade de 60cm em aço com 60 fios, controle de velocidade rotativo acompanhando o produto, bivolt, seletor de voltagem no motor, suporte de parede em nylon, protetor térmico. Dados Técnicos: Área de ventilação 40m², alta potência com baixo consumo de energia 0,20kW/h, potência 170 watts, estator com fio de alumínio esmaltado, motor com 02 rolamentos, área de abrangência 120 graus, RPM 1.430 rotações por minuto, vazão 230m³/min, frequência 50/60 Hz. Garantia mínima do Fabricante 1(um) ano</i>	<i>258</i>	<i>unid</i>	<i>R\$ 400,56</i>	<i>R\$ 103.344,48</i>
				<b>Total</b>	<b>R\$ 103.344,48</b>

<i>Item</i>	<i>Material</i>	<i>Qtde</i>	<i>Und</i>	<i>Unitário</i>	<i>Total</i>
-------------	-----------------	-------------	------------	-----------------	--------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

<b>LEI 123/2006 - AMPLA CONCORRÊNCIA</b>					
2	<i>Ventilador de Parede</i> <i>Especificações Aproximadas:</i> <i>Hélice de 50 cm com 03 pás em plástico natural virgem, grade de 60cm em aço com 60 fios, controle de velocidade rotativo acompanhando o produto, bivolt, seletor de voltagem no motor, suporte de parede em nylon, protetor térmico.</i> <i>Dados Técnicos: Área de ventilação 40m², alta potência com baixo consumo de energia 0,20kW/h, potência 170 watts, estator com fio de alumínio esmaltado, motor com 02 rolamentos, área de abrangência 120 graus, RPM 1.430 rotações por minuto, vazão 230m³/min, frequência 50/60 Hz.</i> <i>Garantia mínima do Fabricante 1(um) ano</i>	777	unid	R\$ 400,56	R\$ 311.235,12
				<b>Total</b>	<b>R\$ 311.235,12</b>

1.3 – Ratificamos que a Aquisição ocorrerá, com base no Menor Preço por Item conforme o art. 6º, inciso XLI da lei 14.133/2021, entretanto, a Proponente deverá apresentar e preencher seus Preços Unitários e Totais, para cada item.

1.3.1 Em casos de bens divisíveis, utilizaremos impreterivelmente a epígrafe da súmula nº 247 do TCU.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

1.4 - O Custo Total estimado para aquisição deste Termo de Referência é de **R\$ 414.579,60 (quatrocentos e quatorze mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)**.

1.5 – As estimativas desta contratação foram baseadas no memorial de cálculo formulado após minucioso estudo no Estudo Técnico Preliminar.

1.6 - Informamos que todos os itens desta aquisição deverão ser acompanhados de catálogo, a ser submetido à análise do fiscal responsável, a quem competirá a aprovação final.

## **2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

2.1 Após a conclusão do Termo de Referência, verificou-se que a forma mais vantajosa para o prosseguimento da contratação será mediante divisão do objeto em cota principal destinada à ampla concorrência e cota reservada para participação exclusiva de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

A reserva de até 25% do quantitativo do objeto busca promover o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação vigente, sem prejuízo da competitividade, economicidade e eficiência da contratação pública.

Ressalta-se que, embora os itens demandem padronização técnica, funcional e estética, a divisão quantitativa do objeto não compromete a uniformidade, a qualidade dos materiais, a logística de entrega ou a integridade do projeto pedagógico das unidades escolares beneficiadas, permanecendo preservado o interesse público e a adequada execução contratual.

2.2 Este processo será conduzido por meio da modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que a contratação se refere à aquisição de equipamentos permanentes com quantitativos estimados destinados ao atendimento das demandas das unidades escolares da rede



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

municipal de ensino. Os itens a serem adquiridos caracterizam-se como materiais voltados ao suporte das atividades educacionais, não havendo necessidade de previsão de manutenção ou assistência técnica especializada. Ademais, trata-se de equipamentos cuja vida útil pode ser estimada, permitindo à Administração planejar de forma adequada eventuais reposições futuras, bem como realizar as aquisições conforme a necessidade administrativa durante a vigência da ata, contribuindo para uma gestão eficiente dos recursos públicos e para a continuidade das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

### **3 – REQUISITOS DA CONTATAÇÃO:**

3.1 Deve-se seguir a descrição do(s) objeto(s) para esta contratação, não sendo aceito objetos que divergem da mesma.

3.2 Esta é uma contratação de **aquisição não continuada**, respeitando os prazos de vigência estipulados pela Ata de Registro de Preços;

#### **3.3 Sustentabilidade**

##### **3.3.1 Uso de Materiais de Origem Certificada e Sustentável**

##### **3.3.2 Controle de Desperdício e Durabilidade**

##### **3.3.3 Segurança Ambiental e Humana**

##### **3.3.4 Responsabilidade na Gestão de Recursos**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

3.4 A escolha de fornecedores com responsabilidade ambiental assegura que a administração pública cumpra seu papel de promover um desenvolvimento sustentável, unindo o atendimento das necessidades pedagógicas ao cuidado com as gerações futuras.

#### **4 – FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

4.1. Condições de entrega: As entrega dos objetos será mediante nota de empenho e ordem de fornecimento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação da requisitante e deverá ser realizada no endereço informado pela requisitante, neste Município.

4.2 - Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda cujo endereço encontra-se abaixo. Posteriormente, os materiais serão distribuídos para as demais unidades.

- Endereço: Rua Santa Helena, nº22 bairro Niterói, Volta Redonda - RJ;
- Horário: 7h às 16h;

Telefone para contato: (24) 3512-9340

4.3 - As entregas serão realizadas de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados do Município de Volta Redonda, do Estado do Rio de Janeiro e Nacional, obedecendo rigorosamente às quantidades constantes da Nota de Empenho/ordem de fornecimento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

4.4 - O recebimento provisório se dará num prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

4.5 - O recebimento definitivo do objeto será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas neste Termo de Referência.

**4.6 - REQUISITOS ADICIONAIS:**

4.6.1 - Exigência de Certificação

4.6.1.1 - Não há exigência de certificação.

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas com a aquisição da presente demanda correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2026, assim classificado:

· 684906/2026 – 96.02.12.365.2603.8273.3.3.3.9.0.30.00.00.00.1500

5.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

**6 – FORMA DE PAGAMENTO**





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

6.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

6.2 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da entrega.

6.3 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

6.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

6.5 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

6.6 Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada poderá conceder à Contratante um desconto, a título de antecipação financeira, calculado de acordo com o IPCA pro rata die, conforme at.92, XII, da Lei 14.133/21 e suas alterações.

## **7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

7.1 Entregar os materiais na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, descarga das mercadorias, sem ônus de frete e seguro para o município.

7.2 Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

7.3 Nomear Preposto aceito pela Administração para representar a empresa junto à Contratante;

7.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações do Edital;

7.5 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros;

7.6 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

7.7 Entregar as notas fiscais e/ou documento equivalente, relativas aos materiais fornecidos, juntamente com o fornecimento dos bens/serviços na Secretaria/Autarquia requisitante;

7.8 A CONTRATADA deverá apresentar licença ambiental válida e documentação comprobatória de que a madeira utilizada nos itens fornecidos é proveniente de reflorestamento, em conformidade com a legislação ambiental vigente. Tal exigência encontra respaldo na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), na Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) e nas demais normas que regulam a exploração e comercialização de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

produtos de origem florestal, visando assegurar à Administração Pública a aquisição de produtos com origem ambientalmente regular e sustentável.

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.2 Fornecer à CONTRATADAS documentos, informações e demais elementos que possuir vinculação ao presente Termo;

8.3 Emitir as ordens de fornecimento/serviço, quando for o caso;

8.4 Exercer a fiscalização do contrato, registrando no processo o recebimento do material, suas quantidades, bem como horário de entrega e número da respectiva nota fiscal;

8.5 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas neste Termo de Referência e/ou no edital e no contrato.

## **9 – FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A execução da entrega será acompanhada e fiscalizada por representantes do CONTRATANTE, especialmente designado pelo Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser substituídos, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado no mesmo órgão ou equivalente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

9.2 - A gestão do contrato decorrente deste termo caberá à Unidade Gestora Local, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando o titular do referido Órgão como co-responsável.

9.3 - Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado,

9.4 - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

9.5 - A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

## **10 - SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO**

10.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ao) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) Advertência;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

- b) Multa administrativa, que poderá chegar até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- c) *Suspensão* temporária de participação em *licitação* e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (*dois*) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

10.2 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

10.2.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

10.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

## 11 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

11.1 – Resultará como vencedora a licitante que apresentar o **menor preço por item**. O valor deverá ser inferior aos valores constantes na Planilha estimativa de quantitativos e preços unitários e valores máximos admitidos e atender aos requisitos de habilitação e demais exigências editalícias.

## 12 – DO ENVIO DE CATÁLOGO DOS ITENS



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

12.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da microfilmagem ou notificação do Pregoeiro, as especificações técnicas detalhadas de todos os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência.

- Forma de envio: Os documentos deverão ser enviados via e-mail institucional para o e-mail da SOC (soc@smevr.com.br).
- Conteúdo: Devem constar fotos em alta resolução, descrição detalhada de materiais, certificados de qualidade e o layout com a aplicação do logotipo (que será fornecido posteriormente).
- Finalidade: O material será submetido à análise do fiscal responsável pela aquisição, a quem compete à análise e aprovação final.
- Apresentação: As especificações técnicas deverão conter descrição minuciosa e completa do item, incluindo, obrigatoriamente, composição, medidas e dimensões, características técnicas, quantitativos, forma de acondicionamento, embalagem original de fábrica e demais informações pertinentes que permitam a identificação inequívoca do produto, assegurando sua validação técnica e administrativa por esta Secretaria.

12.2 Não será aceita proposta da licitante que não enviar as especificações técnicas ou que não a entregar no prazo estabelecido.

12.3 Caso seja constatada a falta do envio das especificações de pelo menos um dos itens por parte da empresa, a Administração anulará o recebimento das demais. Recomenda-se, portanto, especial atenção sobre o envio das especificações dos itens por parte das empresas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

12.4 Os produtos deverão obedecer rigorosamente aos padrões mínimos requisitados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO II AO EDITAL**

**MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90078/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR UNIT	MARCA	VLR TOTAL
01						
VALOR TOTAL				R\$		

Declaramos expressamente que nos preços propostos estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Declaramos que temos total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

- Número do C.N.P.J. e Razão Social Completa.
- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias;
- Prazo de pagamento: 30 dias
- Número do tel/Fax:
- E-mail:
- Dados bancários: Agência, Conta Corrente, Banco.

-----  
Assinatura do Representante Legal da empresa





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO III AO EDITAL**

**Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da  
CF/88**

**DECLARAÇÃO**

(Nome da empresa), CNPJ, endereço da Sede, declara que não possui em seu quadro de funcionários nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**ANEXO IV AO EDITAL**

**Declaração de que dispõe em seus quadros funcionais percentual mínimo de  
beneficiários da Previdência Social (Lei nº 8.213/91)**

**(Papel Timbrado da Empresa)**

**Ao**

**Município de Volta Redonda**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90078/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

DECLARO, sob penas da Lei, em atendimento ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0xx/20xx, promovido por este município e marcado para às xx:xx horas do dia xxx de xxxxxx de 20xx, que a firma \_\_\_\_\_, (Nome Completo) CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende às exigências impostas pela Lei 8.213/91, relacionadas com a existência em seus quadros de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitada, conforme dados a seguir: nº total de empregados, \_\_\_\_\_; nº total de empregados reabilitados e/ou deficientes, \_\_\_\_\_,

.....  
(Local e Data )  
.....

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO V AO EDITAL**

**Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

**DECLARAÇÃO**

....., (razão social do licitante) inscrita no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do  
CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital, sob as  
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente  
data, é considerada:

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei  
Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº123, de  
14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei  
Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do  
artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

(Local e data)

---

(Representante legal)

Obs.: Assinalar com um "X" a condição da empresa. Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que  
pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO VI AO EDITAL**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**  
**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90078/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL**  
**DE EDUCAÇÃO**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no item (COMPLETAR) do Edital (COMPLETAR COM A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de (ÓRGÃO LICITANTE) antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO VII AO EDITAL**

**MINUTA**

**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ**

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O **MUNICÍPIO** de **VOLTA REDONDA/RJ**, POR INTERMÉDIO DO GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL E A EMPRESA XXXXXXXX

**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**, inscrito no CNPJ nº 32.512.501/0001-43, com sede na praça Sávio Gama, nº 53, Bairro Aterrado, Volta Redonda-RJ por intermédio do Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado pelo Secretário Municipal, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXX expedida pelo XXXXXXXX, e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, residente nesta cidade, Ordenador de Despesa por delegação de competência, doravante denominado CONTRATANTE, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e CPF/MF nº \_\_\_\_\_ conforme atos constitutivos da empresa **OU** *procuração apresentada nos autos*, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de **Aquisição de Ventiladores Para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

...					
-----	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados da data de assinatura entre as partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação..

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta do contratado ofertada na licitação, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por termo aditivo.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**8.6.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.7.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**8.8.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da PGM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.10.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis contar da data do protocolo do requerimento para decidir, Prorrogáveis por igual período.

**8.10.2.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contar da data do protocolo do requerimento para decidir, Prorrogáveis por igual período.

**8.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** *Entregar o objeto na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, descarga das mercadorias, sem ônus de frete e seguro para o município,.*

**9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

- 9.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**9.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**9.18.** *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

**9.19.** *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

**9.20.** *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

**9.21.** *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

**9.22.** *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

**10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**10.1.** *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

**10.2.** *A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo (NOME) - Matrícula: (NÚMERO) - CPF: (NÚMERO) e (NOME) - Matrícula: (NÚMERO) - CPF: (NÚMERO) , designados pelo ORDENADOR DE DESPESAS, conforme ato de nomeação da Portaria - XXX/20XX – SMX de XX de MÊS de 20XX.*

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** *deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**11.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**11.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**11.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**11.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**11.1.5.** fraudar a licitação;

**11.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**11.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**11.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1.** Advertência;

**11.2.2.** Multa;

**11.2.3.** Impedimento de contratar e licitar e

**11.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

**11.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de (XX) dias úteis, a contar da comunicação oficial

**11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 do Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 do Edital, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

**11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 do Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 do Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3 do Edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**11.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**11.13.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.14.** No que couber, aplica-se o disposto no art. 69 do Decreto Municipal nº 18.254.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**12.1.** *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

**12.1.1.** *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

**12.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.3.3.** Indenizações e multas.

**12.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**13.1.** O município efetuou a reserva orçamentária à conta da dotação (XXXXXX), no elemento de despesa, conforme a Solicitação de Compras Nº (XXXXX), para pagamento



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

pela execução do contrato, a quantia de R\$ XX.XXX,XX, entretanto a sua liquidação far-se-á através de medições, a qual deverá ser encaminhada pela(o) (Órgão Ordenador de Despesas) à Secretaria Municipal de Fazenda, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento do pedido da CONTRATADA, para que o pagamento ocorra no prazo de 30 (trinta) dias a contar QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS, observando-se, ainda rigorosamente o estipulado nas cláusulas deste contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Volta Redonda/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**18 . CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

18.1 DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência. E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

original. Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, que deve ocorrer dentro da vigência do Termo de Compromisso objeto deste Termo Aditivo.

*Volta Redonda, XX de XXXXX de 20XX.*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO VIII AO EDITAL**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1 Descrição da contratação como um todo:**

**1.1** O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objeto a **aquisição de ventiladores para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino**, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda/RJ.

**1.2** A presente contratação justifica-se pela necessidade de proporcionar melhores condições de conforto térmico e qualidade ambiental nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, bem como nos setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação. Nos últimos anos, têm sido registradas intensas ondas de calor durante os períodos de primavera e verão no município, elevando significativamente as temperaturas no interior das salas de aula e demais ambientes escolares, o que impacta diretamente no bem-estar de alunos, professores e demais profissionais da educação.

**1.2.1** Fundamentação Técnica – Elevação das Temperaturas Globais

**1.2.1.1** O aumento das temperaturas globais tem sido amplamente documentado por organismos internacionais e nacionais, com impactos diretos na saúde e no bem-estar da população. Em 2024, a média mundial ultrapassou pela primeira vez 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, chegando a 1,6 °C, conforme o Serviço Copernicus para as Alterações Climáticas (C3S). Esse cenário intensifica ondas de calor, seca e estresse térmico, afetando diretamente ambientes escolares. Matérias recentes reforçam essa tendência:

- **Jornal da USP:** Temperatura global aumenta 1,6°C e segue subindo (<https://jornal.usp.br/ciencias/temperatura-global-aumenta-16c-e-segue-subindo-e-como-tentar-parar-um-caminhao-em-alta-velocidade/>)

- **G1:** Mundo caminha para até 2,5°C de aquecimento até o fim do século (<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-30/noticia/2025/11/04/mundo-caminha-para-ate-25c-de-aquecimento-ate-o-fim-do-seculo-alerta-onu-entenda.ghtml>)

- **Cemaden/MCTI:** Relatório anual aponta 2025 com recordes de calor e seca prolongada (<https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/noticias->



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

cemaden/relatorio-anual-do-cemaden-aponta-2025-com-records-de-calor-e-seca-prolongada)

**1.2.1.2** Esses dados evidenciam que o Brasil já enfrenta ondas de calor mais frequentes e intensas, com impactos severos sobre a saúde de crianças e adolescentes em idade escolar. A aquisição de ventiladores para as unidades escolares é, portanto, uma medida necessária para garantir condições adequadas de conforto térmico, segurança e qualidade do ambiente educacional.

**1.3** Ambientes excessivamente quentes e com baixa circulação de ar podem prejudicar a concentração, o rendimento pedagógico e as condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educacionais. Dessa forma, a disponibilização de ventiladores de parede constitui medida essencial para promover maior circulação de ar nos espaços utilizados para ensino e atividades administrativas, contribuindo para a melhoria das condições de permanência e trabalho nas unidades escolares.

**1.4** Ressalta-se que grande parte das escolas da rede municipal possui elevada demanda por equipamentos de ventilação, seja para substituição de equipamentos antigos ou danificados, seja para ampliação da quantidade existente em salas de aula, corredores, refeitórios, salas administrativas e demais dependências. Assim, a aquisição dos ventiladores visa suprir essas necessidades, garantindo maior eficiência na ventilação dos ambientes e assegurando melhores condições de conforto térmico.

**1.5** Conforme demonstrado no tópico 4 deste ETP, as quantidades estimadas foram definidas com base em informações das unidades escolares da rede municipal de ensino, são elas, as quantidades atuais e necessárias de ventiladores, de salas de aula e demais ambientes, e considerou-se também uma margem de reserva para atendimento de novas demandas que possam surgir até a conclusão do processo licitatório e efetiva entrega dos equipamentos. Tal planejamento busca assegurar maior eficiência administrativa, evitando aquisições emergenciais e garantindo o atendimento adequado das necessidades das unidades escolares ao longo do período de vigência da contratação.

**1.6** Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e adequada para atender às demandas da rede municipal de ensino, contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, bem como para o adequado funcionamento das atividades escolares e administrativas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**1.7** Visando a uma gestão eficiente dos recursos públicos e em conformidade com a Lei nº 14.133/21, será realizado processo licitatório, com prazo contratual de 12 (doze) meses, de forma a atender às necessidades das unidades escolares envolvidas com segurança, durabilidade e economicidade.

## **2 Demonstração da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações (PAC)**

**2.1** A presente solução de aquisição de ventiladores para as unidades escolares da rede municipal de ensino não está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da Secretaria Municipal de Educação.

**2.2** Os materiais a serem adquiridos possuem características que atendem às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com requisitos de qualidade adequados para garantir a obtenção dos resultados pretendidos.

**2.3** A aquisição aqui pretendida está alinhada ao objetivo estratégico de operacionalização adequada à Lei Orçamentária Anual nº 6751/2025, Manutenção e Operacionalização da Secretaria Municipal de Educação e também compatível com o Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, conforme a Lei Municipal nº 6.700/2025 e com Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**2.4** Essa estratégia se alinha aos princípios de economicidade, eficiência e transparência, não apenas atender à necessidade imediata de contratação de serviços, mas também garantir a seleção da melhor proposta para seu fornecimento, com a utilização de recursos públicos de forma responsável e transparente.

**2.5** A utilização de Sistema de Registro de Preços - SRP é justificada, por se tratar de uma estimativa de demanda, a qual ocorre ao longo do Exercício Financeiro em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. A adoção do SRP para a presente contratação enquadra-se no art. 27 do Decreto Municipal n.º 18.256/2024 que disciplina o Sistema de Registro de Preços – SRP.

**2.6** As especificações mínimas dos materiais estão contidas neste Estudo.

## **3 Descrição dos Requisitos da Contratação**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**3.1** A contratação deverá contemplar o fornecimento de ventiladores de parede destinados às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e aos setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, devendo os equipamentos atender a requisitos mínimos de qualidade, desempenho, segurança e durabilidade, de modo a garantir o adequado funcionamento nos ambientes em que serão instalados.

**3.2** Os ventiladores deverão possuir características compatíveis com a utilização em ambientes escolares, considerando a necessidade de ventilação eficiente em salas de aula, corredores, refeitórios, salas administrativas e demais dependências. Nesse sentido, os equipamentos deverão apresentar robustez estrutural, baixo nível de ruído, bom desempenho de ventilação e consumo de energia compatível com padrões de eficiência energética, contribuindo para a redução de custos operacionais e para o uso racional de energia elétrica.

**3.3** Os equipamentos deverão possuir hélice com aproximadamente 50 cm de diâmetro, com três pás confeccionadas em plástico resistente, grade de proteção em aço com aproximadamente 60 cm de diâmetro, motor de alto desempenho com sistema de rolamentos, controle de velocidade rotativo, protetor térmico e suporte adequado para fixação em parede. Deverão ser fornecidos em configuração bivolt, com seletor de voltagem no motor, garantindo compatibilidade com diferentes instalações elétricas existentes nas unidades escolares.

**3.4** Além disso, os ventiladores deverão apresentar características técnicas que assegurem adequada circulação de ar, com ampla área de ventilação, bom fluxo de ar e rotação compatível com o porte do equipamento, garantindo eficiência na ventilação dos ambientes. Os materiais utilizados na fabricação deverão apresentar resistência e durabilidade adequadas ao uso contínuo em ambientes coletivos, como os escolares.

**3.5** A contratada deverá fornecer todos os equipamentos novos, sem uso anterior, devidamente acondicionados em embalagens apropriadas, acompanhados de manual de instruções em língua portuguesa e de todos os acessórios necessários para sua correta instalação. Os produtos deverão possuir garantia mínima do fabricante de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de entrega e aceitação dos equipamentos.

**3.6** Por fim, os equipamentos fornecidos deverão atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis, garantindo proteção adequada aos usuários e conformidade



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

com a legislação vigente, assegurando que os ventiladores possam ser utilizados com segurança nas unidades da rede municipal de ensino.

**3.7** Os requisitos da contratação devem contemplar as exigências que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição.

**3.8** A aquisição deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**3.9** As entregas serão mediante nota de empenho e ordem de fornecimento, no prazo máximo de 15 (quinze dias) após solicitação da requisitante e deverá ser realizada nos endereços informados pela requisitante, todos neste Município.

**3.10** As entregas deverão ser realizadas, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com aplicação das penalidades.

**3.11** Em hipótese alguma será aceito material diferente do que foi cotado, que esteja em desacordo com avarias ou defeito de fabricação, ou que não atender as especificações do edital.

**3.12** O aceite dos materiais pelo setor competente da Secretaria Municipal de Educação não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, e verificadas posteriormente.

**3.13** Depois de recebidos, os materiais serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Educação, a contar do recebimento da notificação formal emitida pela mesma.

**3.14** Em caso de substituição dos materiais, conforme previsto no subitem anterior, correrão a conta do fornecedor as despesas decorrentes da nova entrega dos materiais.

**3.15** A empresa não poderá utilizar em qualquer dos itens sua logomarca ou outros sinais que possam ser caracterizados como sua divulgação ou propaganda.

**3.16** Todas as despesas decorrentes de transporte, produção e entrega correrá por conta da contratada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**3.17** As condições expressas acima são mínimas podendo ser ofertadas condições superiores visando adaptações ao seu padrão normal de serviços, sem prejuízo de qualidade e sem alteração do mérito da contratação.

**3.18** As entregas serão realizadas no almoxarifado localizado na sede da Secretaria Municipal de Educação, cujo endereço encontra-se abaixo:

Endereço: Rua Santa Helena, nº 22, Bairro Niterói, CEP 27283-190;

Horário: 7h às 16h;

Telefone para contato: Almoxarifado: (24) 3512-9340

#### **4 Estimativa das quantidades**

**4.1** A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação partiu do levantamento dos equipamentos atualmente instalados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e da sede da SME, que considera a estrutura física e os ambientes que demandam ventilação adequada para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

**4.2** Conforme **anexo I**, para a definição das quantidades desta aquisição, adotou-se como critério a estimativa média de ventiladores necessários para reposição nos ambientes, correspondente a aproximadamente 20% do quantitativo existente em cada unidade escolar. Tal estimativa foi fundamentada na análise da demanda histórica observada no último contrato encerrado, a qual indicou uma média aproximada de 10 (dez) substituições por unidade escolar ao longo do período contratual.

**4.3** A estimativa do item 4.2 foi utilizada como base para as unidades que se encontram em obra, que após sua conclusão será necessária a instalação dos ventiladores, sendo, portanto, estimado 10 ventiladores para cada, e devidamente identificadas na tabela do anexo I.

**4.4** Considerou-se ainda a necessidade de manter uma margem de reserva técnica, 130 unidades, equivalente a aproximadamente 14,4% da estimativa descrita no tópico 4.2 e 4.3, para atendimento de novas demandas que possam surgir durante o período de tramitação do processo licitatório e durante a execução da futura contratação, especialmente em razão de eventuais ampliações



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

de turmas, reorganização de espaços escolares ou solicitações adicionais encaminhadas pelas unidades da rede.

**4.5** Além das salas de aula, também foi considerada a necessidade de ventilação em outros espaços das unidades escolares, como salas administrativas, auditórios, salas de tecnologia, bibliotecas, refeitórios, laboratórios, corredores e demais ambientes de uso coletivo, nos quais a circulação de ar adequada contribui para melhores condições de conforto térmico.

**4.6** As quantidades estimadas contemplam a reposição de equipamentos que se encontram danificados ou inoperantes nas unidades escolares, bem como a ampliação da quantidade de ventiladores em locais que atualmente possuem ventilação insuficiente para atender de forma satisfatória a demanda existente.

**4.6.1** Os equipamentos danificados ou inoperantes eventualmente removidos durante o processo de substituição deverão ser mantidos nas Unidades para que, futuramente, a unidade proceda à sua recolha e devolução à Secretaria Municipal de Educação, a fim de que se possa proceder à devida regularização patrimonial, observando os procedimentos administrativos aplicáveis à baixa, reaproveitamento ou outra destinação adequada dos bens.

**4.7** Dessa forma, a estimativa total de 1.035 (mil e trinta e cinco) ventiladores de parede foi definida de forma a atender de maneira adequada às necessidades atuais identificadas nas unidades escolares, bem como possibilitar a reposição e distribuição estratégica dos equipamentos ao longo do período de vigência da contratação.

**4.8** A relação detalhada das Unidades a serem contempladas com a solução, bem como a estimativa das quantidades, e a reserva técnica encontra-se apresentada na tabela constante do **anexo I**, na qual estão indicados os parâmetros utilizados para o dimensionamento da demanda, considerando a quantidade de unidades escolares, o número de salas existentes e a quantidade estimada de ventiladores por sala.

**4.9** O bem a ser registrado, apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Estudo, por meio de especificações usuais no mercado, enquadrando-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021.

*“Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente*





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

*definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”*

Item	Especificação	Qtd	Unidade	Valor unitário	Valor total
01	<p><b>Ventilador de Parede</b></p> <p><b>Especificações Aproximadas:</b> Hélice de 50 cm com 03 pás em plástico natural virgem, grade de 60cm em aço com 60 fios, controle de velocidade rotativo acompanhando o produto, bivolt, seletor de voltagem no motor, suporte de parede em nylon, protetor térmico.</p> <p>Dados Técnicos: Área de ventilação 40m², alta potência com baixo consumo de energia 0,20kW/h, potência 170 watts, estator com fio de alumínio esmaltado, motor com 02 rolamentos, área de abrangência 120 graus, RPM 1.430 rotações por minuto, vazão 230m³/min, frequência 50/60 Hz.</p> <p>Garantia mínima do Fabricante 1(um) ano</p>	1.035	Und	R\$ 400,00	R\$ 414.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 414.000,00</b>	

## 5 Levantamento de Mercado

5.1 Conforme preceitua a IN 65/2021 em seu art. 5º que dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, foram utilizados os seguintes parâmetros:

**I** - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

**II** - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

**III** - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

## **6 Estimativa do valor da contratação**

**6.1** Utilizou-se como base de análise para de valor preliminar os valores unitários de contratações anteriores, além de pesquisa com fornecedores e contratações similares, de acordo com inciso I e II do art. 5º da IN 65/2021.

**6.2** O valor estimado da contratação em tela é de **R\$ 414.000,00 (quatrocentos e quatorze mil reais)**. A estimativa de valor da contratação realizada no presente ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de uma pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta de que trata a Instrução Normativa nº 65 de 2021.

**6.3** Em conclusão chegando a melhor solução a utilização dos valores atualizados do mercado, seguindo a pesquisa de preços feita sob a égide da IN 65/2021.

## **7. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**7.1** O parcelamento da presente contratação será adotado como forma de atender às disposições da legislação vigente que estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas.

**7.2** Nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, as contratações públicas devem conceder tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica.

**7.3** Ainda de acordo com o art. 48 da referida Lei Complementar, a Administração Pública deve adotar medidas que viabilizem a participação dessas empresas nos processos licitatórios, incluindo a possibilidade de realização de itens destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando atendidos os limites estabelecidos na legislação.

**7.4** Nesse sentido, para atender às determinações legais e ampliar a competitividade do certame, será realizada a separação de cota destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com o tratamento diferenciado previsto na legislação.

**7.5** A adoção desse mecanismo busca fomentar a participação de empresas de menor porte no processo licitatório, promovendo maior inclusão no mercado de compras públicas, estimulando a economia local e regional e garantindo maior diversidade de fornecedores.

**7.6** Dessa forma, o parcelamento do objeto por meio da separação de cotas mostra-se adequado e alinhado aos princípios da legislação aplicável às contratações públicas, contribuindo para o cumprimento das políticas de incentivo às microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da eficiência, economicidade e competitividade do processo licitatório.

**7.7** Ratifica-se, portanto, que a contratação ocorrerá com base no critério de **menor preço por item**, garantindo competitividade, transparência e economicidade na contratação.

## **8 Demonstrativo dos resultados pretendidos**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**8.1** A presente contratação tem como objetivo proporcionar melhores condições de conforto térmico nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e nos ambientes administrativos da Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente escolar e das condições de trabalho dos profissionais da educação.

**8.2** Espera-se, com a aquisição dos ventiladores, promover maior circulação de ar nos ambientes escolares, reduzindo os efeitos das altas temperaturas registradas principalmente nos períodos de primavera e verão, proporcionando espaços mais arejados e adequados para a permanência de alunos, professores e demais servidores.

**8.3** Outro resultado pretendido é a melhoria das condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, uma vez que ambientes mais confortáveis favorecem a concentração, o bem-estar e o desempenho dos estudantes, além de contribuir para melhores condições de trabalho dos profissionais da educação.

**8.4** Busca-se também garantir maior eficiência na utilização dos espaços escolares, permitindo que salas de aula e demais ambientes possam ser utilizados de forma mais adequada mesmo em períodos de temperaturas elevadas, evitando prejuízos ao funcionamento regular das atividades escolares.

**8.5** A aquisição pretende ainda possibilitar a reposição de equipamentos que se encontram danificados ou inoperantes, bem como ampliar a disponibilidade de ventiladores nas unidades que atualmente possuem quantidade insuficiente para atender plenamente às necessidades de ventilação dos ambientes.

**8.6** Por fim, espera-se que a aquisição planejada e centralizada desses equipamentos contribua para maior eficiência administrativa, permitindo o atendimento das demandas das unidades escolares de forma organizada e contínua, evitando aquisições emergenciais e garantindo melhores condições de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades educacionais.

## **9 Contratações correlatas e/ou interdependentes**

**9.1** Não há contratações correlatas ou interdependentes.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

## **10 Descrição de possíveis impactos ambientais**

**10.1** A presente contratação refere-se à aquisição de ventiladores de parede destinados às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e aos setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, os quais são equipamentos elétricos de uso comum e amplamente disponíveis no mercado, não sendo identificados impactos ambientais significativos decorrentes de sua utilização.

**10.2** Ainda assim, é importante considerar que a fabricação, o transporte, a utilização e o descarte desses equipamentos podem gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao consumo de recursos naturais, à geração de resíduos e ao consumo de energia elétrica ao longo de sua vida útil.

**10.3** No que se refere ao consumo de energia, os ventiladores serão utilizados como alternativa de climatização de baixo consumo energético, apresentando menor demanda de energia elétrica quando comparados a outros equipamentos de climatização, como aparelhos de ar-condicionado, contribuindo assim para o uso mais eficiente dos recursos energéticos.

**10.4** Quanto aos resíduos gerados ao final da vida útil dos equipamentos, estes poderão incluir componentes metálicos, plásticos e elétricos, os quais devem ser destinados de forma ambientalmente adequada, preferencialmente por meio de processos de reutilização, reciclagem ou descarte em conformidade com a legislação ambiental vigente.

**10.5** A Administração também poderá adotar boas práticas de gestão patrimonial e manutenção preventiva, buscando prolongar a vida útil dos equipamentos e reduzir a necessidade de substituições frequentes, contribuindo para a diminuição da geração de resíduos.

**10.6** Dessa forma, entende-se que os possíveis impactos ambientais associados à presente contratação são considerados de baixa relevância, podendo ser minimizados por meio de práticas adequadas de utilização, manutenção e descarte dos equipamentos ao longo de seu ciclo de vida.

## **11 Descrição da solução como um todo**

**11.1** A solução proposta consiste na aquisição de ventiladores de parede destinados às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e aos setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

melhorar as condições de ventilação e conforto térmico nos ambientes utilizados para o desenvolvimento das atividades educacionais e administrativas.

**11.2** Os equipamentos a serem adquiridos deverão possuir características técnicas compatíveis com a utilização em ambientes escolares, garantindo adequada circulação de ar, durabilidade, segurança e eficiência energética, conforme as especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar.

**11.3** A contratação contemplará o fornecimento dos ventiladores novos, devidamente embalados, acompanhados dos respectivos manuais de instrução e acessórios necessários para sua correta instalação e utilização, observando as normas técnicas aplicáveis e as condições de garantia mínima estabelecidas.

**11.4** A solução prevê a distribuição dos equipamentos às unidades escolares da rede municipal de ensino, conforme a demanda identificada, considerando critérios como número de salas de aula, dimensionamento dos ambientes e necessidade de reposição ou ampliação da quantidade de ventiladores existentes.

**11.5** Durante a substituição de equipamentos existentes que se encontrem danificados ou inoperantes, os ventiladores removidos deverão ser mantidos sob a posse da Secretaria Municipal de Educação, para que sejam adotadas as providências administrativas necessárias quanto à regularização patrimonial, conforme os procedimentos internos aplicáveis.

**11.6** A adoção dessa solução permitirá atender de forma planejada e eficiente às necessidades das unidades escolares, contribuindo para a melhoria das condições ambientais nos espaços de ensino, favorecendo o bem-estar de alunos e profissionais da educação e garantindo melhores condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

**11.7** Dessa forma, a contratação proposta apresenta-se como medida adequada para atender às demandas da rede municipal de ensino, assegurando a disponibilização de equipamentos essenciais para o conforto térmico dos ambientes escolares e para o adequado funcionamento das atividades educacionais e administrativas.

**11.8** A execução dos serviços se dará de forma parcelada.

## **12 Conclusão e análise de risco**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**12.1** Com base nas informações levantadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a aquisição de ventiladores de parede para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e para os setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação mostra-se necessária e adequada para atender às demandas identificadas, especialmente em razão das elevadas temperaturas registradas no município e da necessidade de proporcionar melhores condições de conforto térmico nos ambientes escolares.

**12.2** A solução proposta apresenta viabilidade técnica e administrativa, uma vez que os equipamentos pretendidos são amplamente disponíveis no mercado, possuem especificações padronizadas e podem ser fornecidos por diversos fabricantes e distribuidores, o que contribui para a competitividade do processo licitatório e para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

**12.3** No que se refere à análise de riscos, verifica-se que os principais riscos relacionados à contratação estão associados à possibilidade de atraso no fornecimento dos equipamentos, ao fornecimento de produtos em desacordo com as especificações estabelecidas ou à ocorrência de defeitos durante o período de utilização.

**12.4** Tais riscos podem ser mitigados por meio da definição clara das especificações técnicas no instrumento convocatório, da exigência de garantia mínima do fabricante, da realização de adequada fiscalização contratual e do estabelecimento de mecanismos de controle no recebimento dos equipamentos, assegurando que os produtos entregues estejam em conformidade com as condições estabelecidas na contratação.

**12.5** Considera-se ainda como fator de risco eventual variação na demanda das unidades escolares ao longo do tempo, em razão de mudanças na organização dos espaços ou ampliação das atividades escolares. Entretanto, tal situação foi considerada na estimativa das quantidades, que contemplou margem de segurança para atendimento de possíveis novas necessidades.

**12.6** Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente justificável, administrativamente viável e alinhada às necessidades da Rede Municipal de Ensino, sendo recomendada a continuidade do processo de contratação para aquisição dos ventiladores de parede, de forma a garantir melhores condições de conforto ambiental nas unidades escolares e contribuir para o adequado desenvolvimento das atividades educacionais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

### 13 EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome: Júlio Cesar de Oliveira Cyrne – Matrícula: 078.964

#### ANEXO I

##### Memória de cálculo - Relação das Unidades e quantidades

Unidade		Nº de salas/ ambientes	Nº de ventiladores por sala/ambientes	Total	Média de estimativa de troca 20%
Especializadas					
1	EM ESP. DR. HILTOSABN ROCHA	24	2	48	10
2	EM ESP. PROFª DAYSE MANSUR DA COSTA LIMA	21	3	63	13
3	SEMEIA	12	3	36	7
Creches Municipais					
1	CM ACALANTO	4	3	12	2
2	CM AMOR PERFEITO	10	3	30	6
3	CM AYRTON SENNA	8	3	24	5
4	CM ELZA BERTAZZO DE ALBURQUEQUE E LIMA	6	3	18	4
5	CM GOTINHAS DE AMOR	11	3	33	7
6	CM HERBET DE SOUZA	6	3	18	4
7	CM JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS	7	3	21	4
8	CM MAHATMA GANDHI	6	3	18	4
9	CM MARIA CLARA MACHADO	5	3	15	3
10	CM NORBERTO REDUZINO DE SÁ	8	3	24	5
11	CM NOSSO ESPAÇO	10	3	30	6
12	CM RAIOZINHO DE SOL	4	3	12	2
13	CM TEMPO DE	8	3	24	5





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

	CRIANÇA				
Centros Municipais de Educação Infantil					
1	CMEI ALKINDAR CÂNDIDO DA COSTA	10	3	30	6
2	CMEI ALZIRA VARGAS	Em obra. Estimativa conforme item 4.3			10
3	CMEI ARACY CARVALHO DI BIASE	13	3	39	8
4	CMEI BALÃOZINHO VERMELHO	9	3	27	5
5	CMEI BARQUINHO DE PAPEL	8	3	24	5
6	CMEI BEM-ME-QUER	18	3	54	11
7	CMEI CIRANDINHA	8	3	24	5
8	CMEI CORA CORALINA	17	3	51	10
9	C.M.E.I. DAURO PEIXOTO ARAGÃO	23	3	69	14
10	CMEI ELZA COSTA FIGUEIREDO	25	3	75	15
11	CMEI GERALDA PEREIRA LOPES	9	3	27	5
12	CMEI IRACEMA LEITE NADER	12	3	36	7
13	CMEI IRLEI LOBO	11	3	33	7
14	CMEI JEZUAET DE SOUZA	8	3	24	5
15	CMEI MADRE TEREZA DE CALCUTÁ	7	3	21	4
16	CMEI MARIA DOS SANTOS RIBEIRO HYGINO	11	3	33	7
17	CMEI MONTEIRO LOBATO	15	3	45	9
18	CMEI OSCAR RODRIGUES CARDOSO	10	3	30	6
19	CMEI PINGUINHO DE	13	3	39	8





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

	GENTE				
20	CMEI PROF. MÁRIO DE JESUS PALHETA NUNES	10	3	30	<b>6</b>
21	CMEI PROF. MARIANA APARECIDA VIEIRA BRESSAN	18	3	54	<b>11</b>
22	CMEI PROF. MARLENE MENDES DE CASTRO	13	3	39	<b>8</b>
23	CMEI RECANTO INFANTIL	18	3	54	<b>11</b>
24	CMEI THEREZINHA DUARTE DE FARIA	10	3	30	<b>6</b>
25	CMEI VERA LÚCIA SILVEIRA BRAGA	15	3	45	<b>9</b>
26	CMEI ZILDA ARNS	9	2	18	<b>4</b>
<b>Ensino Fundamental - 1º ao 5º</b>					
1	EM AMARAL PEIXOTO	17	3	51	<b>10</b>
2	EM BAHIA	22	3	66	<b>13</b>
3	EM CARLOS SARKIS	9	3	27	<b>5</b>
4	EM DAMIÃO MEDEIROS	7	3	21	<b>4</b>
5	EM DOM WALDIR CALHEIROS	30	3	90	<b>18</b>
6	EM ENGº SÉRGIO DE ANDRADE ROCHA	13	3	39	<b>8</b>
7	EM FERNANDO DE NORONHA	24	3	72	<b>14</b>
8	EM GOIÁS	10	3	30	<b>6</b>
9	EM GRACIEMA COURA	19	3	57	<b>11</b>
10	EM JAYME DE SOUZA MARTINS	24	2	48	<b>30</b>
11	EM JESUS MENINO	20	3	60	<b>12</b>
12	EM JOÃO HAASIS	22	3	66	<b>13</b>
13	EM JOÃO PAULO I	23	3	69	<b>14</b>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

14	EM JOHN KENNEDY	17	3	51	<b>10</b>
15	EM JOSÉ FONTES TORRES	17	3	51	<b>10</b>
16	EM LIONS CLUB	12	3	36	<b>7</b>
17	EM MAESTRO FRANKLIN DE CARVALHO JUNIOR	17	3	51	<b>10</b>
18	EM MARIA CARRARO	10	3	30	<b>6</b>
19	EM MARIA JOSÉ CAMPOS COSTA	29	3	87	<b>17</b>
20	EM MARIO VILLANI	16	3	48	<b>10</b>
21	EM MATO GROSSO	10	3	30	<b>6</b>
22	EM MIGUEL COUTO FILHO	17	3	51	<b>10</b>
23	EM OCTACÍLIA DA SILVA STOCKLER MENDONÇA	22	3	66	<b>13</b>
24	EM OTHON REIS FERNANDES	14	3	42	<b>8</b>
25	EM PALMARES	18	2	36	<b>7</b>
26	EM PARÁ	21	3	63	<b>13</b>
27	EM PARAÍBA	22	3	66	<b>13</b>
28	EM PERNAMBUCO	13	3	39	<b>8</b>
29	EM PROF. DOMINGOS MAIA	10	5	50	<b>10</b>
30	EM PROF. LUIZ CANTANHEDE C. ALMEIDA	8	3	24	<b>5</b>
31	EM PROF. LUND F. VILLELA	21	3	63	<b>13</b>
32	EM PROF. PAULO FREIRE	15	3	45	<b>9</b>
33	EM PROF. WALDYR AMARAL BEDÊ	17	3	51	<b>10</b>
34	EM PROF. WLADIR DE SOUZA TELLES	28	3	84	<b>17</b>
35	EM PROF <sup>a</sup> ANTONIETTA	16	3	48	<b>10</b>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

	MOTTA BASTOS				
36	EM PROF <sup>a</sup> THEREZINHA DOS SANTOS GONÇALVES ASSUMPÇÃO	22	3	66	<b>13</b>
37	EM PROF. JURACY VARANDA DE ALMEIDA GAMA	22	3	66	<b>13</b>
38	EM RORAIMA	11	3	33	<b>7</b>
39	EM SÃO FRANCISCO DE ASSIS	11	3	33	<b>7</b>
40	EM SERGIPE	15	3	45	<b>9</b>
<b>Ensino Fundamental - 6º ao 9º</b>					
1	EM DR. JIULIO CARUSO	18	3	54	<b>11</b>
2	EM EMILIANA CASAGRANDE	17	3	51	<b>10</b>
3	EM JOÃO PAULO PIO DE ABREU	22	3	66	<b>13</b>
4	EM ESPÍRITO SANTO	17	3	51	<b>10</b>
5	EM PREFEITO JOSÉ JUAREZ ANTUNES	25	3	75	<b>15</b>
6	EM PROFESSORA HELENA MARIA ESTEFANI	6	3	18	<b>4</b>
7	EM PROFESSORA MARIA ROSA RODRIGUES	17	3	51	<b>10</b>
8	EM PROFESSORA MARIZINHA FÉLIX TEIXEIRA LIMA	16	3	48	<b>10</b>
9	EM RUBENS MACHADO	24	3	72	<b>14</b>
10	EM TOCANTINS	20	3	60	<b>12</b>
11	EM WALMIR DE FREITAS MONTEIRO	19	3	57	<b>11</b>
12	EM WANDIR DE CARVALHO	26	3	78	<b>16</b>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**GABINETE DE ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

Ensino Fundamental - 1º ao 9º					
1	EM MATO GROSSO DO SUL	20	3	60	12
2	EM NILTON PENNA BOTELHO	18	3	54	11
3	EM PAULO VI	36	3	108	22
Unidade administrativa					
1	SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	20	-	30	6
<b>TOTAL</b>				4361	<b>905</b>
RESERVA TÉCNICA				14,4%	<b>130</b>
<b>TOTAL</b>					<b>1035</b>

Dados levantados nas Unidades	
Quantidade de unidades	98
Quantidade de ventiladores nas Unidades	4361
Média por unidade	40
Dados da aquisição pretendida	
Estimativa de ventiladores para aquisição (65%)*	905
Média estimada para aquisição por unidade	10
Reserva técnica (4,5%)**	130
Total a adquirir	1035
* Conforme item 4.2	
** Conforme item 4.3	